



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL

OSVALDINA DOS SANTOS DANTAS
SHAUANA RAMOS LIMA

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES EM
ARACAJU/SE

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

**OSVALDINA DOS SANTOS DANTAS
SHAUANA RAMOS LIMA**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES EM
ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tatiana Ferreira dos Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

**OSVALDINA DOS SANTOS DANTAS
SHAUANA RAMOS LIMA**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES EM
ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tatiana Ferreira dos Santos.

BANCA EXAMINADORA

Dra. LILIANA ARAGÃO DE ARAÚJO

Me. JULIANE DOS SANTOS

DR.^a TATIANA FERREIRA DOS SANTOS.

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que venho registrar meus agradecimentos a todos que estiveram comigo nessa trajetória, me auxiliaram, me apoiaram, me consolaram e se divertiram comigo, e que de alguma forma deixou todo o processo da graduação um pouco mais leve.

Quero agradecer primeiramente a Deus, de onde tirei grande força, a minha mãe Gisselma Maria e meu padrasto José Alyson, por todo carinho e afeto que foi me dado por vocês, pelo imenso apoio na realização dos meus sonhos, me incentivando e me acolhendo nessa jornada.

Quero estender tais agradecimentos a toda equipe técnica e coordenação do Abrigo Caçula Barreto, no qual realizei meu estágio obrigatório e não obrigatório, e foi nesta experiência, junto com o apoio desses profissionais maravilhosos, que foi possível expandir meu repertório na atuação enquanto assistente social, onde eu vivenciei na prática quais são os valores e desafios da profissão, e não teria melhor lugar para se iniciar senão no Abrigo Caçula Barreto.

Por fim quero agradecer a todos os amigos que fiz ao longo desses anos, todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que isso se concretizasse. Agradeço também por aguentarem cada surto, cada choro, muitos momentos bons e felizes que marcaram essa trajetória, foi muito especial para mim. Gratidão ao meu grande amigo Rafael Melo, por todos os conselhos e sabedoria, a minha amiga Fernanda, Antonio Lucas, João Paulo e João Pedro.

Shauana Ramos Lima

Agradeço primeiramente a minha mãe que apesar de ser analfabeta sempre nos motivou a estudar, me ensinou a ser forte e a continuar, se estou aqui hoje é por você. A minha família que apesar de pequena é meu porto seguro. Aos meus amigos que deixam minha vida mais alegre, Mirele, Helena, Vitor, Wendell, Will, as Lucas, Hugo, Madalena, Bianca Nicolay, Isaías, Samuel e Fabi. A todos os professores que compartilharam seus conhecimentos, em especial a nossa orientadora, Tati, obrigada por ter estado com a gente nessa experiência. E por fim, agradeço a mim, por não ter me permitido desistir.

Osvaldina Dos Santos Dantas

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema do “Acolhimento Institucional de Adolescentes: desafios e enfrentamentos”, tendo como objeto de estudo uma unidade de acolhimento localizada em Aracaju – Se. Teve como suporte metodológico o método quali-quantitativo. O estudo investiga os desafios enfrentados pelos adolescentes acolhidos nesse contexto, bem como os profissionais que frequentam a instituição. Além disso, os objetivos do nosso estudo são a análise dos desafios enfrentados pelas instituições de acolhimento, as estratégias e políticas de enfrentamento adotadas pela instituição e, por fim, compreender como as mudanças políticas, econômicas e sociais impactaram diretamente na política de Assistência Social. Além disso, examinamos o perfil das pessoas acolhidas, com foco na predominância de motivos do acolhimento, como: Situação de rua, transtorno mental, abuso familiar e a exploração sexual. Os resultados revelam a importância vital do acolhimento institucional na vida desses adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com a Unidade de Acolhimento Caçula Barreto demonstrando um compromisso notável em fornecer um ambiente seguro e acolhedor. Os desafios enfrentados pelos adolescentes, incluindo a adaptação, superação de traumas e busca por autonomia são discutidos e, juntamente com os desafios enfrentados pelos profissionais que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos adolescentes. A análise do perfil das pessoas acolhidas destaca também a grande diversidade das situações enfrentadas, indicando uma necessidade de abordagens personalizadas para cada espectro. Esse estudo contribui para a compreensão acadêmica do acolhimento institucional e fornecer esclarecimentos práticos para aprimorar o sistema de acolhimento de adolescentes em Aracaju – SE, quiçá em outras regiões.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Assistência Social. Adolescente. Saúde.

ABSTRACT

This present work addresses the theme of "Institutional Reception of Adolescents: challenges and coping mechanisms," focusing on a reception unit located in Aracaju, Sergipe. The study employed a qualitative-quantitative methodology. The research investigates the challenges faced by the adolescents accommodated in this context, as well as the professionals who work in the institution. Additionally, the objectives of our study are the analysis of the challenges faced by reception institutions, the strategies and coping policies adopted by the institution, and, finally, an understanding of how political, economic, and social changes have directly impacted the Social Assistance policy. Furthermore, we examine the profile of the accommodated individuals, with a focus on the prevalence of reasons for accommodation, such as street situations, mental disorders, family abuse, and sexual exploitation. The results reveal the vital importance of institutional reception in the lives of these socially vulnerable adolescents, with the Caçula Barreto Reception Unit demonstrating a remarkable commitment to providing a safe and welcoming environment. The challenges faced by the adolescents, including adaptation, trauma recovery, and the pursuit of autonomy, are discussed, alongside the challenges faced by the professionals who play a fundamental role in the development of the adolescents. The analysis of the profile of the accommodated individuals also highlights the great diversity of situations faced, indicating a need for personalized approaches for each group. This study contributes to the academic understanding of institutional reception and provides practical insights to enhance the adolescent reception system in Aracaju, Sergipe, and potentially in other regions.

Keywords: Institutional reception. Social assistance. Adolescent. Health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Auditoria Cidadã da Dívida
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEIS	Complexo Especial Industrial da Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RMA s	Relatórios Mensais de Atendimentos
SUS	Sistema Único de Saúde
USF	Unidade de Saúde da Família
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	15
2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID	25
3. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES.....	28
4. O PERFIL DOS ACOLHIDOS	33
4.1. Característica étnico racial dos acolhidos	33
4.2. Motivos do acolhimento	38
4.2.1 situação de rua.....	38
4.2.2 dependência química (submetido ao tráfico).....	40
4.2.3. Transtorno mental.....	41
4.2.4. Relacionado à família (conflito familiar, violência ou abuso, negligência, abandono.....)	43
4.2.5. Exploração sexual.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional de adolescentes pode ser definido como um atendimento a todos os adolescentes que se encontram em situação de risco, desamparados e sem a possibilidade de reinserção familiar naquele momento mediante a destituição do poder familiar por terem os seus direitos violados por quem deveria protegê-los. A medida de institucionalização é excepcional e provisória e visa à reintegração familiar, quando possível, ou alcance de autonomia, como está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus art.98 e art.101.

Apesar dos avanços quanto aos direitos e proteção das Crianças e adolescentes, e da Lei nº 8069/90 (ECA) tornar prioridade absoluta quando se trata de proteger tais direitos, é sabido que na história do desenvolvimento da nossa sociedade, crianças e adolescente não eram reconhecidos como cidadãos de direitos e eram marginalizados, a exemplo do Código de Menores de 1927, que era usado, na verdade, mais como um instrumento de criminalização da pobreza do que para fazer mudanças na vida de crianças e adolescentes. Assim, como a roda dos expostos, o Código de Menores era estratégia de um movimento eugenista que tinha a França como modelo.

O Código de Menores entrou em vigor com o Decreto nº 17.943-A, que estabelecia sua base legal no que se refere a menores abandonados, ou considerados delinquentes, e que tornava desnecessário que esses menores praticassem qualquer ato infracional para que pudessem ser apreendidos. Também estabeleciam condições sociais e financeiras para definir crianças e adolescentes como menores. (Zanella, Lara, 2016).

Assim, como o Código de Menores acabava não fazendo uma distinção entre esses adolescentes, que eram apreendidos, a sociedade atual ainda traz resquícios do pensamento retrógrado da época em que o referido Código foi instituído, e carrega alguns preconceitos em relação a adolescentes institucionalizados. Alguns termos que remetem a institucionalização são carregados de estigmas negativos e pejorativos.

A lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, altera o uso do termo Abrigo para Acolhimento Institucional. Segundo Goffman (1974, p.11), a definição de instituição é “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Segundo MACHADO (2011) *apud* SILVA (2004):

O termo acolhimento institucional veio, nesse sentido, alterar as concepções anteriores. São instituições que devem oferecer programas de abrigo e atender crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos violados e que, em razão disso, necessitam ser temporariamente afastados da convivência de suas famílias. Funcionam, de fato, como residência provisória, na qual as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta. (SILVA,2004).

O autor destaca a provisoriedade do serviço de acolhimento e que este deve se assemelhar a uma residência comum, com rotinas e de forma humanizada que não aparente que o acolhido esteja ali como uma medida de internação punitiva, mas que ali é sua residência, mesmo que temporária.

A presente pesquisa tem como **objetivo geral** compreender os desafios e enfrentamentos no serviço de acolhimento de alta complexidade no contexto do acolhimento institucional de adolescentes. Os **objetivos específicos** deste estudo são situar a política de assistência social no Brasil, enfatizar o acolhimento institucional no Brasil a partir da Política de Assistência Social, caracterizar o acolhimento institucional na Unidade de Acolhimento Caçula Barreto, em Aracaju/SE, e por fim, trazer a reflexão acerca da predominância de acolhidos de cor preta em relação aos de cor branca.

A análise destes objetivos específicos e gerais é de suma importância para garantir um atendimento adequado e eficiente às pessoas que necessitam de cuidados especiais, especialmente para os adolescentes em situação de acolhimento institucional. Além disso, refletir sobre a conjuntura histórica desse período, marcado por importantes eventos e mudanças que influenciaram a vida dos brasileiros, permite uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos serviços de acolhimento e pela política de Assistência Social do país durante esse intervalo de tempo.

Durante o período no qual foi realizado o estágio supervisionado, em uma unidade de acolhimento de adolescentes, foi percebido através de análises dos acolhimentos, bem como estudo de casos, que os usuários que chegam ao serviço em sua maioria são acometidos por transtorno mental decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas, o que afeta diretamente a mudança no perfil dos acolhidos.

Dentro dessa perspectiva, surgiu a necessidade de apresentar reflexões acerca do fazer profissional no serviço de acolhimento dentro da alta complexidade, tal como apresentar suas demandas e desafios diante da atual conjuntura. Dessa forma, a pesquisa tem, como principais questões norteadoras, os debates sobre como a pandemia e a conjuntura política, econômica e social influenciaram no acolhimento institucional de adolescentes. Além disso, há uma associação dessa questão sobre o debate em torno de como a falta de estrutura interfere na oferta

e qualidade dos serviços na unidade, associado a um relato sobre os transtornos mentais mais recorrentes nos atendimentos institucionais. Também foi percebido a predominância dos acolhidos de cor preta ou parda em relação aos de cor branca.

No cenário político, esse período foi marcado por eleições presidenciais e legislativas cruciais, com debates acalorados sobre temas como corrupção, reformas estruturais, segurança pública, meio ambiente e direitos humanos. As mudanças de governo e a polarização política geraram incertezas e instabilidades que, por sua vez, podem ter repercutido na formulação e execução de políticas públicas, incluindo a política de Assistência Social.

No campo econômico, os anos de 2018 a 2022 foram caracterizados por altos e baixos, com momentos de crescimento econômico e outros de estagnação. A crise econômica que atingiu o país em 2015-2016, (crise em que a economia teve uma retração de 3,8 por cento, e a taxa de desemprego pulou de 6,2 por cento em 2013 para 11,3 em 2016), deixou sequelas, afetando áreas como emprego, renda e acesso a serviços básicos. Tais impactos econômicos podem ter sobrecarregado a demanda por serviços de assistência social, colocando à prova a capacidade do Estado de atender às necessidades da população vulnerável. (Amorim Neto, 2016. p.44)

A **motivação** do tema deste trabalho surgiu dentro da experiência de **estágio curricular obrigatório** no período de 12/11/2019 a 31/03/2021 e 13/09/2021 a 13/07/2022 e do **estágio extra curricular** no período de 18/10/2021 a 17/10/2023, dentro da Unidade de Acolhimento Caçula Barreto localizada na cidade de Aracaju - SE, com a vivência e observação da realidade vivenciada dentro dessa instituição.

A instituição apresenta um trabalho precarizado devido à falta de condições de trabalho e estrutura adequadas, déficit profissional, desvalorização salarial, sobrecarga de trabalho, e até mesmo descaso dos equipamentos de saúde (Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e urgências psiquiátricas) frente aos casos de acolhidos com transtorno mental.

Gentili, et al (2018, p.9) confirmam que parte dos desafios no fazer profissional nessas instituições se deve ao “[...] acúmulo de atividades, o reduzido tamanho das equipes técnicas e a rotatividade dos educadores sociais têm contribuído para a ampliação das dificuldades das equipes para a realização deste trabalho”. Com isso, compreendemos que o exercício profissional diário se encontra cercado de muitos enfrentamentos que acarretam em mais dificuldades na prática profissional.

A precarização do trabalho do assistente social passa principalmente pelo rebaixamento salarial que a categoria profissional vem sofrendo, não só pelas contratações temporárias em que o salário é sempre mais baixo, mas também na comparação com outras categorias profissionais que estão inseridas no serviço

público. (Negri, 2011,p.194)

O contexto trazido é um claro reflexo da política de desmonte de direitos e cortes diretos nas políticas públicas de assistência. A importância de se estudar esse tema é que ele tem grande relevância em nossa atualidade, pelo fato que o acolhimento institucional de alta complexidade, é, sem a menor dúvida, a última instância no que se refere à proteção de adolescentes que possuíram seus direitos violados, se encontram em situação de risco, desamparados e sem a possibilidade de reinserção familiar naquele momento ou mediante a destituição do poder familiar. Além disso, a falta de recursos e condições de trabalho prejudica diretamente a prática profissional não apenas do assistente social, mas de toda a equipe da instituição e rede socioassistencial, impactando assim a realidade desses adolescentes que se encontram inseridos no acolhimento institucional, ainda que de forma provisória.

No entanto, embora esse tema seja muito **relevante** em nosso cenário atual, até o momento em uma pesquisa através de portais online como o portal Scielo, e através do google acadêmico, não foram encontradas na literatura revisões que discutam esse assunto sob o ponto de vista teórico e contextual, compilando as informações mais importantes e atuais sobre ele. Destacamos que não foi feita pesquisa no acervo físico da Universidade Federal de Sergipe.

Dessa maneira, se fosse realizada uma revisão de literatura, e publicações nos portais online onde o acesso é mais universalizado, sobre o tema: Acolhimento institucional de adolescentes: desafios e enfrentamentos, reunindo informações mais atuais e relevantes publicadas sobre o assunto, isso contribuiria com a ampliação dos conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica, preenchendo essa lacuna que existe na literatura.

Portanto, o objetivo deste estudo é compreender os desafios e enfrentamentos no serviço de acolhimento dentro da alta complexidade. Além da comparação de dados sobre as constantes mudanças nos perfis dos acolhidos e as dificuldades encontradas no fazer profissional frente a atual conjuntura e o desmonte das políticas sociais.

A presente pesquisa, seguindo a abordagem quali-quantitativa recomendada por especialistas em metodologia, como Gilberto de Andrade Martins, teve como base a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Essa abordagem permite uma análise mais abrangente e profunda sobre o tema pesquisado. Além disso, possibilitou a comparação das informações relativas ao perfil dos acolhidos na referida instituição ao longo do período de 2018 a 2022. Destacamos que todos os dados analisados para obtermos essas informações foram obtidos através de RMAs (Relatórios mensais de atendimentos), demonstrativos mensais e anuais, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e orientações técnicas que trazem como deve

funcionar essas instituições desde a parte hidráulica, elétrica, planta do imóvel a equipe profissional.

Martins (2004), renomado autor brasileiro na área de metodologia de pesquisa social, destaca a importância dessa abordagem para obter uma compreensão mais completa e rica dos fenômenos estudados. Neste contexto, a pesquisa buscou não apenas quantificar dados, mas também explorar as nuances e as experiências subjacentes aos dados estatísticos, visando uma compreensão mais aprofundada do serviço de acolhimento de alta complexidade e do perfil dos adolescentes atendidos (Martins, 2004).

Para Minayo (2007) os dados dessa combinação não são incompatíveis. Existe uma oposição complementar que bem trabalhada teoria e prática, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

O tipo de pesquisa utilizado nesta pesquisa foi documental e bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

Com relação ao tipo documental tivemos acesso a alguns documentos da instituição, como por exemplo, o levantamento do perfil do público atendido na unidade de acolhimento de adolescentes, Demonstrativos e RMAs – Relatório mensal de atendimento, bem como o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que deu subsídio a essa pesquisa. Já no que diz respeito a bibliográfica, as principais referências que foram utilizadas nesse estudo são: José Augusto Bisneto (2011), Giovanni Alves (2016), Ricardo Antunes (2020), Elaine Behring (2016), entre outros, afim de refletir sobre a atual conjuntura política, econômica e social do nosso país durante o Governo de Bolsonaro e seus impactos de forma direta na política de Assistência Social.

Nesse contexto, o proletariado desempenha um papel central como a classe trabalhadora, enquanto a burguesia se beneficia dos lucros gerados pela exploração da mão de obra, conceito ao qual Marx se referiu como 'mais-valia'. A 'mais-valia' representa a discrepância entre o preço final de um produto e o valor dos insumos utilizados em sua produção, sendo o lucro resultante desfrutado predominantemente pela classe burguesa. Em contraste, os trabalhadores, além de não participarem do usufruto desses lucros, enfrentam condições de vida caracterizadas pela pobreza, violência e exclusão social, entre outras expressões que configuram a complexa questão social (Marx, 1980)

Para alcançarmos e compreendermos todos os aspectos entendidos como necessários para a discussão sobre o acolhimento institucional e seus desafios, esse estudo se configura em quatro seções. A primeira seção traz um breve recorte histórico sobre a política de assistência com ênfase no acolhimento de adolescentes, e a história da política de assistência, e por fim falar mais especificamente da PNAS, LOAS, NOB/SUAS e sobre as configurações de acolhimento institucional de adolescentes no Brasil e a conjuntura contemporânea. A segunda seção abordaremos sobre os impactos da pandemia do covid-19 na política de assistência. Na terceira seção traremos a realidade da instituição de acolhimento através da experiência de estágio vivenciada, abordaremos a diretriz nacional que especifica o modelo e o funcionamento das unidades de acolhimento desde sua planta até a equipe e as dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos profissionais. Na quarta seção fazemos um recorte sobre os perfis dos acolhidos e motivos de acolhimentos, enfatizando os detalhes sobre cada perfil e debatendo sobre as características socioeconômicas que envolvem cada perfil, além de trazer uma análise da prevalência dos perfis na unidade de acolhimento. Por fim, com um apanhado geral e conciso sobre o que foi debatido, finalizamos na conclusão o trabalho.

1. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Uma reflexão sobre a assistência social como política do Estado não deve ser feita de forma neutra, mas no contexto da dinâmica e interação com outras políticas sociais, tendo em conta o modelo de Estado que as dirige e, portanto, o tipo de Estado vigente e suas características estão diretamente envolvidos na criação e desenvolvimento dessas políticas, como mostra Yazbek (2008, p. 4):

Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse Estado e suas características terão, pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade. (Yazbek, 2008, p.4).

A autora também alerta, portanto, para a impossibilidade de examinar a política social desvinculada da constituição da sociedade capitalista ao longo do tempo, no contexto dos conflitos e contradições decorrentes do processo de acumulação e da resposta da sociedade às diferenças sociais.

Segundo a autora, o Estado brasileiro foi criado por meio de uma aliança com a burguesia para defender a lógica do processo de expansão capitalista. Nesse sentido, a política social do Estado é inicialmente entendida como uma estratégia de controle social do trabalho, onde essas políticas se fundamentam em uma sociedade que possui uma visão eugenista de si mesma e não considera diferenças raciais e de gênero.

De acordo com Behring (2006), A emergência da política social está ligada ao modo capitalista de produção e reprodução da sociedade burguesa, mais precisamente quando a questão social inerente às relações sociais desse modo de produção assume um papel político e revolucionário.

Com o surgimento da classe média, segundo Pereira (2012), ainda na idade média, a classe burguesa necessitou de uma figura central que fosse ao mesmo tempo capaz de promover segurança, melhorar as questões comerciais, criar leis e uma política monetária, e então, dessa necessidade de centralizar, surge o Estado Absolutista, voltado a servir todos os interesses da burguesia.

A história da assistência social é marcada por um desenvolvimento gradual ao longo do tempo. Assim como o Estado Absolutista surgiu em resposta às necessidades da classe burguesa na Idade Média, a evolução da política de assistência social reflete as mudanças sociais e

econômicas ao longo da história.

Quando falamos em política de assistência social, temos que ter em mente que foi um longo processo de regulamentações até que chegasse ao que representa nos dias atuais. Sua primeira regulamentação data de 1938, quando foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), porém, anteriormente, em 1889, houve uma tentativa de se criar a lei de Assistência Social, no Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada. Entretanto, a efetivação de sua regulamentação só acontece de fato com o CNSS, ao qual foi conferido caráter filantrópico pelo presidente Juscelino Kubitschek, dificultando a consolidação da assistência enquanto política pública.

Segundo Mestriner (2001), o CNSS atuou como elo entre Estado e Sociedade através da caridade, aproximando o direito do favor, e complicando a relação entre público e privado, perpetuando uma lógica liberal que responsabiliza o indivíduo e desresponsabiliza o Estado de suas responsabilidades sociais. Aqui temos que concordar que o CNSS almejava o clientelismo e controle social.

Para Behring e Boschetti (2007), com o decorrer do tempo, ficou explícito que os movimentos de resistência entraram em um impasse e começaram a se fragmentar, devido ao contexto político e econômico que estava em meio a uma crise fiscal, o que resultou em perda de direitos, transformando assim as políticas sociais em uma compensação ao invés de direito. Ainda assim, o ideal Neoliberal prevaleceu. Sendo assim, os direitos sociais só voltam a ser ampliados com a promulgação da Constituição de 1988 e a inclusão da seguridade social nesta, fazendo a integração com as políticas sociais. Entretanto, o pensamento neoliberal e a universalidade de direitos não coexistem na mesma realidade.

Com a Constituição de 1988, que institui um regime onde a proteção social passa a não ser mais contributiva e cria um tripé social o qual é composto por uma junção da saúde, assistência e previdência, e como resultado garante a Assistência o reconhecimento como política pública. Após cinco anos, surge a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, promulgada em 07 de dezembro de 1993, que veio como resultado das lutas para efetivar a política de Assistência Social, e estabelece um modelo descentralizado de gestão constituído por Conselho, Fundo e Plano de Assistência. Esse modelo de gestão participativa coloca novamente a assistência como responsabilidade do Estado, otimiza o processo de gestão e define a assistência como direito universal e não favorável para os usuários, substituindo a perspectiva filantrópica.

Para consolidar essas concepções é implantada a Política Nacional de Assistência Social

– PNAS, aprovada em 2004 através da resolução 145/04, a construção da PNAS foi participativa, passando por todos os estados do país através de fóruns e conferências e deixando o compromisso da criação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, após longos debates foi decidido a criação da NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB no. 130, de 2005. O SUAS continua trazendo o caráter não contributivo, descentralizado e participativo, além de manter seu critério de direito universalizado.

Faleiros (2000), enfatiza que as políticas sociais não são determinadas apenas pelo interesse do capital, mas também pelas lutas sociais e pelos limites impostos ao capital pela realidade. A dinâmica da relação entre o Estado e a acumulação de capital é crucial para a compreensão das medidas de política social. Portanto, as políticas sociais não são instrumentos de bem-estar abstrato ou de manipulação, mas estão intrinsecamente ligadas à exploração capitalista e às mudanças nas estruturas sociais ao longo do tempo.

As políticas sociais são classificadas empiricamente por meio de várias formas de intervenção estatal. Isso abrange assistência, previdência social, prestação de serviços sociais, proteção jurídica, construção de equipamentos sociais e subsídios. A assistência, por exemplo, envolve transferência de recursos para indivíduos em situação de privação, embora os métodos e princípios variem em diferentes países. Além disso, a saúde pública é estruturada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e atende uma grande parte da população de forma precária, enquanto os segmentos mais abastados recorrem ao setor privado de planos de saúde. A assistência privada é prestada por entidades beneficentes que recebem subsídios governamentais e financiamento por meio de lobbies e doações. (Faleiros, 2000).

Os seguros sociais, ou previdência social, funcionam com base no pagamento de contribuições e garantem direitos em casos específicos de perda de renda ou capacidade de trabalho. A intervenção estatal se manifesta pela regulamentação e obrigatoriedade dos seguros sociais, embora a universalidade de alguns benefícios, como serviços de saúde, também ocorra. A prestação de serviços sociais envolve uma ampla variedade de intervenções estatais, abrangendo desde informação até reabilitação, consulta médica e medidas jurídicas, como a proteção do consumidor. O Estado também influencia a produção de equipamentos físicos e oferece subsídios para produtos de consumo popular.

Esses diferentes domínios de intervenção são rotulados como "sociais" por razões históricas e ideológicas, embora esse rótulo possa ocultar a relação dessas políticas com a estrutura econômica e a acumulação de capital. A intervenção do Estado em políticas sociais é definida com base em objetivos imediatos, abrangendo aspectos curativos, preventivos, primários, secundários e terciários. Em resumo, a complexidade das políticas sociais no

contexto do acolhimento institucional, destacando as diversas formas de intervenção estatal em áreas como saúde, assistência, previdência, serviços sociais e proteção jurídica, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de compreender sua relação com a estrutura econômica e a acumulação de capital.

Faleiros (2000), apresenta uma análise das políticas sociais em relação ao acolhimento constitucional. Ele começa destacando como essas políticas podem categorizar grupos-alvo como "anormais" e "fracassados" devido a critérios como normalidade, anormalidade e idade. Isso frequentemente resulta na "culpabilização das vítimas", em que a responsabilidade pelo fracasso recai sobre os indivíduos.

Faleiros (2000), apresenta a ideia de "humanização" das medidas sociais, que, na realidade, podem continuar a ser repressivas. Esse discurso de humanização muitas vezes mascara a transição de medidas repressivas para ideológicas nos aparatos do Estado. Louis Althusser é mencionado por sua distinção entre aparelhos repressivos e ideológicos, sendo que os últimos têm a função de reproduzir as relações capitalistas de exploração. Além disso, o capítulo enfatiza que a política social é essencialmente uma gestão estatal da força de trabalho. Ela atua como um mecanismo que articula as demandas e movimentos sociais dos trabalhadores com as necessidades de reprodução do capital e a manutenção da ordem social. Em resumo, o capítulo explora a complexidade das políticas sociais, destacando como elas podem categorizar grupos como "anormais", esconder a repressão sob a retórica de "humanização" e funcionar como uma ferramenta de gestão da força de trabalho em prol da manutenção da ordem social e da valorização do capital.

O autor ainda traz que o Estado capitalista age em prol dos interesses gerais do capital como uma entidade independente dos capitalistas individuais. Esse papel coloca-o em uma situação contraditória, onde deve conciliar as diversas facções da burguesia e as pressões sociais. As funções históricas do Estado são moldadas por crises de produção mediadas por lutas de classes e conflitos entre as elites econômicas.

Ele atua como uma garantia para a manutenção das condições gerais de reprodução do capital, investindo em setores que não são lucrativos para o capital privado. Isso envolve o controle da moeda, a infraestrutura e a criação de facilidades jurídicas para estimular a acumulação de capital. A política social tem sido usada como uma contramedida à baixa tendência da taxa de lucro, mas não resolve a contradição fundamental entre produção e consumo. A mundialização do capital está enfraquecendo as lutas nacionais por direitos, enquanto as organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel ambíguo na gestão social, muitas vezes adotando critérios particularistas de atendimento. A privatização e

tecnificação dos serviços sociais são acompanhadas por uma profissionalização contínua, introduzindo tecnologia avançada que eleva os custos dos serviços.

O complexo sócio-estatal-empresarial-financeiro socializa os custos e privatiza os lucros, mas também resulta na elitização e exclusão das massas no acesso aos serviços mais avançados, mantendo as desigualdades sociais. No Brasil, as medidas de intervenção estatal frequentemente transferem recursos dos mais pobres para os mais ricos. O financiamento desse complexo provém das contribuições dos trabalhadores e dos impostos sobre o consumo, o que reforça a manutenção das desigualdades.

Faleiros (2000), aborda as políticas sociais no contexto do capitalismo, destacando a contradição intrínseca entre a valorização do capital e a valorização da força de trabalho, que é vista como uma mercadoria especial. O autor considera que as políticas sociais influenciam diretamente a força de trabalho, ao mesmo tempo que interferem na validação da mesma como produtora de mais-valia e sujeito de direitos no âmbito da cidadania democrática. Ao analisar a influência das políticas sociais na força de trabalho, o texto destaca que essas políticas fazem parte do que é chamado de "despotismo capitalista", que mantém a insegurança no emprego e disciplina o trabalho. Os seguros sociais, a formação contínua e a medicina empresarial, por exemplo, são usados para manter a produtividade dos trabalhadores e garantir mão de obra barata para o capital.

O autor também discute a relação entre diferentes setores da classe trabalhadora, como o setor monopolista, o setor concorrencial e o setor autônomo, e como as políticas sociais afetam cada um deles de maneira diferenciada. Além disso, destaca a importância da manutenção da capacidade de trabalho e a reprodução da força de trabalho em face das mudanças tecnológicas e da reestruturação empresarial.

Faleiros (2000), enfatiza a necessidade de manter uma população de reserva de mão de obra disponível para o mercado, o que leva a uma política de assistência social. Essa assistência é apresentada como uma forma de validação da força de trabalho que não está em atividade, mas não é uma validação real, sendo considerada uma pseudo validação.

No contexto do desemprego estrutural dos anos 90, ocorreram mudanças significativas nos contratos sociais e salariais, resultando na precarização do trabalho e na terceirização. As políticas sociais passaram a focar a empregabilidade em vez do emprego, levando a uma focalização de ações em setores específicos e à promoção de seguros privados. A reprodução da força de trabalho, compreendendo sua manutenção, restauração, reprodução de novos trabalhadores e manutenção da disponibilidade e empregabilidade, tornou-se um desafio diante dessas mudanças.

Faleiros (2000) destaca a importância das políticas sociais relacionadas à infância, como creches e educação, na dinâmica das lutas pelos direitos das crianças e igualdade de gênero. Essas políticas são vistas como fundamentais para a formação da futura força de trabalho e para a cidadania.

Faleiros (2000) aborda a categorização das despesas públicas em duas principais categorias: despesas de capital social e despesas sociais. As despesas de capital social compreendem investimentos sociais e consumo social, que têm o propósito de melhorar a produtividade da força de trabalho e reduzir os custos associados à sua manutenção. Em contrapartida, as despesas sociais visam manter a harmonia social e legitimar a atuação do Estado, com ênfase na assistência social. No entanto, o autor destaca que as despesas relacionadas à assistência social e a certos serviços para a população excedente não se limitam a ser meros gastos de legitimação; elas também desempenham um papel na acumulação de capital. Além disso, as funções de legitimação e acumulação não operam de maneira isolada, e ambas estão interligadas com a função de coerção exercida pelo Estado capitalista. Isso enfatiza a intrincada relação entre as políticas sociais e os objetivos do Estado capitalista, onde a acumulação de capital e a manutenção da ordem social são partes integrantes de uma rede complexa de influências e ações governamentais.

O autor destaca que as políticas sociais são moldadas pela correlação de forças sociais e respondem às mudanças no contexto político. Elas podem "endurecer" ou "abrir" dependendo do equilíbrio de poder na sociedade.

Além disso, o autor observa que os problemas sociais são frequentemente transformados em questões políticas e administrados de forma profissional. Esses problemas são abordados de várias maneiras, como jurídica, educacional, médica, e assim por diante, e isso varia de acordo com as percepções das ameaças vindas das classes subalternas.

Por fim, o Estado intervém na economia e na sociedade, buscando uma socialização dos custos e uma privatização dos lucros. A administração política visa à redução do custo da força de trabalho e à perpetuação das desigualdades.

Essa dinâmica das políticas sociais é altamente política, moldada pelas lutas, negociações e conflitos nas sociedades em constante mudança. A realização dos interesses não é determinada apenas por estratégias dos atores, mas por modificações estruturais complexas e dialéticas.

De início, é importante que sejam conceituadas e definidas as bases históricas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil. O PNAS foi sancionado pela resolução nº 207 de 16 de dezembro de 1998, porém o contexto histórico de tal política teve um início

anterior à data. Para entender a história e a criação da PNAS, é importante conhecer o contexto e os marcos legais que a precederam.

Antes da PNAS, a assistência social no Brasil era baseada em ações pontuais e fragmentadas, sem uma política unificada. A Assistência consistia apenas em ações da Igreja Católica como caridade, e somente na Era Vargas, com o acirramento da questão social, a industrialização e a classe trabalhadora reivindicando por melhorias, que se reconheceu a necessidade de intervenção social, mas ainda, apenas como forma de controle social. Nesse contexto se forma um pacto entre Estado, Igreja e burguesia, e surge as Damas da sociedade ou Damas de caridade, mulheres abastadas e católicas, a serviço do Estado para controle social, que dedicavam seu tempo aos pobres e desvalidos. (Medeiros, Frota, 2011)

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, pois reconheceu a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. No entanto, foi apenas com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, que uma legislação específica foi estabelecida (Silva, 2012)

A LOAS definiu a assistência social como política de Seguridade Social, integrante do sistema de proteção social brasileiro. Ela estabeleceu diretrizes para a organização e a oferta de serviços socioassistenciais, além de regulamentar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade (Sousa, 2018).

Posteriormente, em 2004, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que consolidou a organização e a gestão da assistência social no país. O SUAS é uma política descentralizada e participativa, que envolve a articulação entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a participação da sociedade civil (Sposati, 2005).

A PNAS foi estabelecida em 2004, juntamente com a criação do SUAS, por meio da Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Ela é responsável por orientar a implementação da assistência social no país, definindo princípios, diretrizes e objetivos a serem seguidos (Sposati, 2005).

Entre os princípios da PNAS estão a universalidade do acesso aos serviços socioassistenciais, a integralidade do atendimento, a equidade na oferta dos serviços e benefícios, a participação social e o respeito à dignidade da pessoa humana. A PNAS também estabelece diretrizes para a organização dos serviços socioassistenciais, como o fortalecimento da família, a articulação intersetorial, o apoio à convivência familiar e comunitária e a garantia de direitos (Quinonero, 2013).

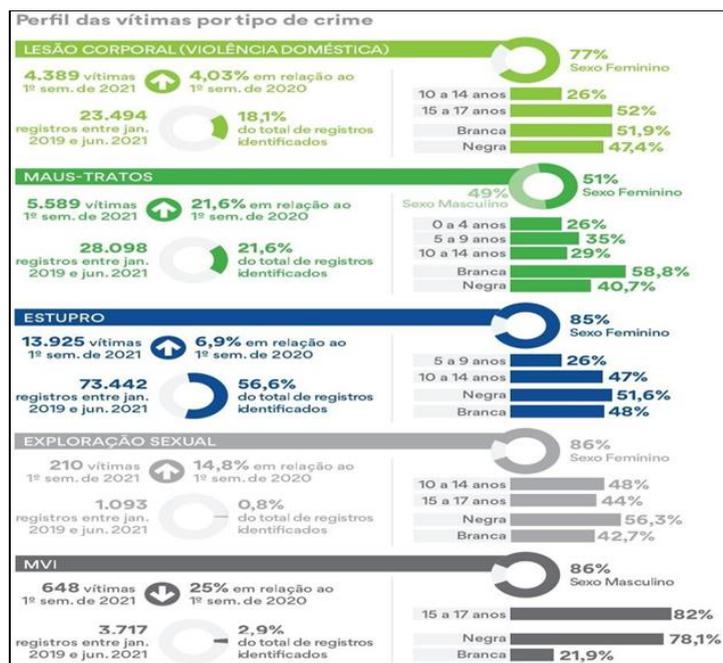
A implementação da PNAS e do SUAS envolveu a expansão e a qualificação da rede de serviços socioassistenciais, o fortalecimento dos órgãos gestores da assistência social nos

diferentes entes federados e a valorização dos trabalhadores do setor. É importante ressaltar que a PNAS e o SUAS estão em constante aprimoramento e que têm sido fundamentais para a promoção da cidadania, da inclusão social e da redução das desigualdades no Brasil, especialmente em períodos de crise econômica e social (Bavolenta, 2011).

É fundamental ressaltar a importância do acolhimento institucional de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, uma ação intrinsecamente vinculada à Política de Assistência Social. Essa política tem como objetivo primordial garantir a proteção dos adolescentes diante de circunstâncias que afetam suas necessidades humanas fundamentais, como alimentação, vestuário e abrigo, elementos essenciais para uma convivência adequada na sociedade. O acolhimento se faz imprescindível quando esses jovens enfrentam desafios como deficiências físicas ou mentais, ou quando necessitam se distanciar de suas famílias devido a situações de violência doméstica ou social, uso de substâncias entorpecentes, alcoolismo, desemprego, envolvimento em atividades criminosas ou outras circunstâncias similares. Além disso, o acolhimento pode ser imperativo em contextos de desastres naturais, acidentes, situações de desamparo ou abandono (Epifânio, 2016).

Conforme dados levantados a partir dos boletins de ocorrência referentes aos anos de 2019 a 2021, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 12 unidades da federação, a saber: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, observou-se que, dentro de um total de 129.844 registros envolvendo indivíduos com idades compreendidas entre 0 e 17 anos, aproximadamente 56,6% foram vítimas de estupro, 21,6% sofreram maus-tratos, 18,1% foram vítimas de lesões corporais intencionais no contexto de violência doméstica, 2,9% foram vítimas de homicídio doloso e 0,8% enfrentaram situações de exploração sexual.

Figura 1 - Perfil das vítimas de violência no Brasil



FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022)

Como mostrado na figura acima, o estupro é o crime com maior número de vítimas, tendo sua faixa etária de 0 a 17 anos, sendo que a idade mais atingida é de 10 a 14 anos, cerca de 73.442 casos, mais de 80% das vítimas são do sexo feminino e de raça negra.

Em segundo lugar o crime que mais aparece no boletim de ocorrência é o de maus-tratos art. 136 do código penal:

Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina (Brasil,2017,pg.55).

Tendo 28.098 identificados e onde 90% das vítimas tem até 14 anos de idade, em sua maioria de 5 a 9 anos sem distinção com relação à gênero.

Com relação aos casos de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica foram identificadas 23.494 vítimas, cerca de 77% são meninas com idade de 15 a 17 anos sem distinção de raça.

Já no que diz respeito à morte violenta intencionais (homicídios dolosos, feminicídios, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial) foi identificado cerca de 3.717 casos, sendo que 86% das vítimas são do sexo masculino com idade 15 a 17 anos que em sua maioria são negros.

O levantamento identificou que o crime de exploração sexual é o que menos possui registros cerca de 1.093, em sua maioria são do sexo feminino e raça negra, com a faixa etária

de 10 a 14 anos.

O acolhimento institucional intensifica a garantia de preservar a vida e o convívio familiar, comunitário e o fortalecimento de vínculos familiares daqueles adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social e que vivenciam um processo de rompimento de realidade (Guedes, 2014).

É sabido que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma lei ativa que estabelece que todas as crianças e adolescentes, independente de classe, raça, religião, gênero, entre outros tem direito à vida e tudo que a envolve, como a educação, a cultura, o lazer e o esporte. Também determina que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir que eles tenham esses direitos (Carvalho, 2006).

Ressalte-se que o acolhimento institucional, que era denominado abrigo em entidade, é uma medida de proteção prevista na legislação específica: a Lei Federal nº 8069/1990 (ECA), aplicável a crianças e adolescentes como prioridade. Com a criação da Lei Federal nº 12010/2009 – Nova Lei de Adoção –, houve uma mudança no uso do termo abrigo, que foi substituído por acolhimento institucional (Diagiácomo, 2013).

A taxa de mortalidade infantil se dava porque não existia a proteção ao menor, as condições precárias de higiene, a falta de informação da família, a pobreza e o aumento da população em decorrência da imigração (Bezerra, 2004).

Conforme estabelecido pelo Código Penal de 1890, o papel da polícia consistia em supervisionar e deter atos desordenados, crimes e também a ociosidade, sem considerar a promoção de medidas educativas como uma estratégia de prevenção. O Estado não demonstrava interesse em intervir de maneira educativa, mas sim em reprimir tais comportamentos. Nesse contexto, quando uma criança não contava com o apoio da família, era frequentemente encarada como um problema social. Portanto, o código de 1890 estipulava que crianças a partir dos nove anos de idade seriam tratadas como adultos e sujeitas a processos criminais (Mello, 2022).

Para além da assistência ao adolescente o código também tinha como objetivo vetar a prisão desse “menor” e a responsabilidade criminal seria apenas para os maiores de 14 anos, que mesmo assim passavam por um "processo especial", os menores de 14 anos não podiam ser submetidos a esse processo, além disso, menores que eram abandonados nas casas dos expostos passaram a ser tutela do Estado (Saliba, 2006).

Nos dias atuais, os adolescentes acolhidos enfrentam uma realidade permeada por desafios e contradições que refletem diversas facetas da questão social. Essas questões se estendem ao âmbito familiar, envolvendo a falta de moradia digna, o desemprego estrutural, a pobreza e a ausência de acesso à educação pública, entre outros desafios. Além disso, essa

realidade pode também estar relacionada ao contexto familiar do próprio adolescente acolhido, incluindo situações de dependência química, que frequentemente exigem a intervenção do Conselho Tutelar e do sistema judiciário local (Rossato, 2014).

É importante observar que o termo "menor" caiu em desuso e é considerado inapropriado para se referir a pessoas com menos de 18 anos, desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor. Isso se deve ao reconhecimento de que o uso desse termo perpetua uma forma de discriminação e exclusão social baseada em critérios subjetivos.

Na próxima seção abordaremos sobre a política de assistência e os impactos provenientes da pandemia do Covid-19 no Brasil no período entre os anos de 2018 a 2022.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID

Nesta seção faremos uma breve reflexão sobre a conjuntura política, econômica e social brasileira entre os anos de 2018 e 2022 e os impactos diretos na política de Assistência Social. Enfatizamos que a atual conjuntura vem sendo construída desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e tomada de poder pelo vice-presidente Michel Temer em 2016, golpe este, que veio por fazer parte de uma dinâmica de ajuste de mercado internacional a nível global, e desde então vivemos em cenário de instabilidades políticas.

Ainda nesse contexto, as decisões políticas do governo federal, como cortes nos fundos orçamentários da coalizão para atividades de assistência social no país e em benefícios de Bolsa Família e BPC (Benefício de prestação continuada), nos levaram a reais ataques sociais contra as camadas mais pobres da população brasileira. Os dados que esclarecem o atraso da política previdenciária nos últimos anos,

O debate atual sobre a Política de Assistência ressurgiu a partir da perspectiva de garantir os direitos mínimos das pessoas para usar serviços, benefícios, programas e projetos, e consolidar e assegurar os resultados alcançados até o momento.

Com o advento da pandemia, a assistência, juntamente com outras políticas, desempenhou um papel importante na manutenção da vida neste momento delicado. Sem dúvida, a pandemia revelou ao país e ao mundo o que quer esconder:

A extinção da previdência social e dos direitos trabalhistas por meio de sucessivas rodadas de ajustes tributários tornaram o Brasil extremamente vulnerável aos estragos da doença que se espalha rapidamente. Por um lado, o Sistema Único de Saúde (SUS), legalmente descentralizado e universalmente unificado, está com poucos recursos - o orçamento federal da saúde está congelado desde 2015 em 1,7% do PIB, não revertido. (Méllo; Albuquerque; Santos,

2022).

A grave precariedade das relações e condições de trabalho criou um mundo trabalhador (mais 100 milhões de pessoas, ou quase 50% da população), que durante a noite ficam sem emprego, sem qualquer forma de remuneração, sem benefícios e sem condições de continuar procurando, a atividade precária na rua (atividade informal) lhes garante uma forma de renda e subsistência. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

Ao atrasar e resistir ao exercício da sua responsabilidade pública e garantir os recursos públicos e as medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias para responder à pandemia. Como resultado, o governo federal de negacionistas e ultraliberais, também defendeu a replicação e exacerbação da desigualdade estrutural. Os mais afetados pela pandemia são a parcela mais pobre da classe trabalhadora, moradores de favelas e periferias sem saneamento adequado e instalações de prevenção, e dificuldade de acesso aos serviços, no momento, saturados do SUS, em sua maioria negros. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

As tímidas, relutantes e tardias medidas federais seguiram a mesma radical política neoliberal que já estava em curso: escassos recursos para ajuda médica e emergencial e trilhões para bancos e empresários, conforme aprovado no chamado “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020) que estabelece “um regime financeiro e contratual extraordinário para responder à calamidade pública nacional provocada pela pandemia”. Na análise da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), seu real objetivo é “legitimar o pagamento indevido do excesso de caixa dos bancos que desviaram ilegalmente cerca de R\$ 1 trilhão de recursos públicos durante 10 anos (2009 a 2018), segundo dados do balanço do Banco Central, além de jogar os gastos com o desastre do coronavírus na conta dos setores sociais. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

Em nota técnica publicada em abril de 2020, ao tratar do orçamento de guerra, a Auditoria da Dívida Cidadã denunciou o verdadeiro sentido e as intenções de Paulo Guedes: apoiar o setor financeiro, que recebeu 1,2 trilhão de reais para apoiar a oferta de crédito; permitir a retirada de recursos dos setores sociais durante a pandemia, mas não chegar a centenas de bilhões, que só podem ser destinados ao pagamento de juros e ao pagamento gradual da dívida pública; para "legalizar" a emissão de títulos da dívida pública para pagar as despesas regulares com juros dessa dívida, mas contornar a **lei. 167, III**, da Constituição; com o objetivo de “legitimar” um mecanismo fraudulento que aumentou ilicitamente o estoque da dívida, utilizando recursos para pagar custos correntes privilegiados com juros; promove o resgate de empresas e bancos, transferindo o ônus dos títulos podres em poder do mercado para o erário público com aporte de 25% do Tesouro Nacional, sem exigir qualquer ressarcimento das empresas beneficiárias e dos bancos. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

Não se pode esquecer que, enquanto o "orçamento de guerra" fornecia esses presentes reais ao capital, para a classe trabalhadora sem renda, o governo federal visou em auxílio emergencial, escassos R\$200 (realocados pelo Congresso para R\$ 600), suspensão dos contratos de trabalho com redução salarial e possibilidade de o empregador rescindir o contrato de trabalho. Dos 108 milhões de trabalhadores que solicitaram o auxílio emergencial, apenas 68 milhões o receberam, ou 44% dos domicílios brasileiros. Em contraste, havia apenas 4,2 milhões de pessoas inscritas no seguro-desemprego em agosto de 2020. Esses números mostram que os direitos trabalhistas estão sendo cada vez mais cortados e os benefícios para apoiar a reprodução da força de trabalho estão aumentando. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

Do ponto de vista do orçamento público, pode-se esperar um aumento significativo dos recursos de apoio social, passando de R\$ 95,2 bilhões em 2019 para R\$ 298,7 bilhões (relativo ao valor pago até agosto de 2020 e continuará aumentando até o final de 2020), devido a “transferências de renda”, juntamente com reduções de recursos para outras políticas e objetivos-chave, como educação e saúde. É nítido que as fontes de auxílio emergencial estão drenando os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, principalmente os investimentos em serviços socioassistenciais, que despencaram 38,6% no período de 2012 e 2018, despencando de 5,6% para 2,8% em 2019, número que se agrava em 2020. Programas, projetos e atividades de gestão do SUAS também sofreram uma grande perda de recursos, com queda de 15,5% de 2012 para 2018 e redução da participação do órgão no FNAS de 0,8% em 2013 para 0,4% em 2018. Dados disponíveis no Siga Brasil revelam que os recursos do Suas (excluindo BPC e RMV) em 2019 foram reduzidos em 2% em relação a 2018. E a proposta orçamentária para 2020 prevê apenas 1,344 bilhão de reais para Suas (excluindo BPC), o que representa uma redução de 31% em relação a 2019, ou seja, tratando-se de uma política de curto prazo, eliminando serviços e o direito de “transferência de renda”, com alíquota bem maior do que já acontece. (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

Nesse sentido, nos perguntamos quem essa noção de ajuda - e que vai na contramão da atual tendência de construção constitucional - quer proteger. A nosso ver, visa garantir a proteção do capital, não da classe trabalhadora. Ela quer impedir que as "classes perigosas" se levantem, ao mesmo tempo em que administram o déficit econômico na reprodução.

Silva (2020), expressa preocupação com o desafio que a política de assistência social enfrenta atualmente. Ele afirma que, especialmente durante a pandemia de Covid-19, a política tem dificuldades em atender às demandas de proteção social. Silva (2020), acredita que esse desafio se deve a dois fatores: Os esforços do governo em implementar privatizações, que reduzem os recursos disponíveis para a assistência social; A política de desmonte do sistema

protetivo estabelecido na Constituição de 1988, que enfraquece o Estado como provedor de serviços sociais.

Silva (2020), argumenta que esses fatores colocam em risco a garantia dos direitos sociais das pessoas mais vulneráveis. Ele defende que é preciso garantir o financiamento adequado para a assistência social e fortalecer o papel do Estado na proteção social.

Freire (2020), afirma que as implicações da Emenda Constitucional 95, aprovada durante o governo Temer, tiveram impactos negativos significativos na política de assistência social. Ela argumenta que a emenda, que estabeleceu um teto para os gastos públicos, reduziu o financiamento para a assistência social, tornando mais difícil atender às necessidades das pessoas mais vulneráveis.

Freire (2020), também destaca que o governo Bolsonaro, ao implementar um corte de 7,8% no orçamento do programa Bolsa Família, contribuiu para agravar esse cenário. Como resultado, cerca de 400 mil famílias deixaram de receber o auxílio em 2020.

A Política de Assistência Social é um importante instrumento para garantir a subsistência de trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade. Ela fornece recursos financeiros, serviços e benefícios que ajudam essas pessoas a ter acesso a condições básicas de vida, como alimentação, moradia, saúde e educação.

No entanto, a política de assistência social não é suficiente para eliminar as desigualdades sociais. As desigualdades resultantes do capitalismo, como a concentração de renda e a exploração do trabalho, continuam a existir mesmo com a existência de programas de assistência social.

Além disso, os ataques ultraneoliberais têm enfraquecido a política de assistência social. O corte de recursos públicos e a desregulamentação do mercado de trabalho dificultam a implementação de políticas sociais eficazes.

3. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES

Nesta seção abordaremos a realidade vivenciada dentro de uma instituição de

acolhimento para adolescentes através de uma perspectiva de experiência de estágio. Também abordaremos a respeito da diretriz nacional que define desde a estrutura física, capacidade de acolhimento a equipe profissional que atuará nessas unidades, como também relacionamos as dificuldades enfrentadas no dia a dia profissional e discutiremos um recorte de dados relacionados ao perfil do público atendido, e motivos de acolhimento.

Com a recomendação nº 82. De 10 de agosto de 2021 do Conselho Nacional do Ministério Público e suas considerações da lei nº 8.069/1990 que disciplina as modalidades de acolhimento, e que a regulamentação dos serviços de acolhimento está prevista no plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, através da Resolução conjunta nº1, de dezembro de 2006, consolida as chamadas “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes” por meio da resolução nº 1, de junho de 2009. (Brasil, 2021).

As Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasília, 2012) traz a definição de abrigo institucional como acolhimento provisório para crianças e adolescentes que estão sob medida protetiva de acordo com o ECA, em seu art.101, até que seja possível a sua reinserção familiar, ou em família substituta.

Ainda na sua definição as orientações técnicas trazem que a instituição deve se assemelhar com uma residência comum, inserida em área residencial, e que deve oferecer padrões de dignidade e que deve ser um ambiente acolhedor, o qual deve oferecer convívio tanto com a comunidade local e utilizar dos serviços locais, como o estímulo do convívio familiar, quando possível.

Também determina o público alvo a ser atendido como crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, aqui quero esclarecer que **a instituição a qual esse trabalho tem por base, passou apenas a atender adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, após sofrer ação civil pública onde foi proibido o acolhimento de crianças abaixo dos 12, passando a ser um abrigo voltado para adolescentes.**

As orientações técnicas (Brasília, 2012), também trata de especificidades, a fim de garantir que não haja discriminações ou tratamentos excludentes, trazendo que deve ser evitado o não atendimento de crianças com HIV/AIDS ou deficiências, como também, adotar atendimentos exclusivos apenas para um determinado sexo, deixando evidenciado que em casos onde haja a necessidade de atendimentos especializados por vulnerabilidades específicas, este seja realizado através de articulação com a rede socioassistencial e não deve prejudicar a convivência desses acolhidos com seus vínculos familiares nem se tornar motivo de

discriminação ou exclusão. Essas orientações também determinam que a unidade de acolhimento institucional tenha o limite máximo de 20 usuários por equipamento.

Dos aspectos físicos, as orientações determinam que sejam em áreas residenciais, mantendo o aspecto de residência e não havendo em sua fachada nenhuma indicação que identifique a residência como um equipamento institucional, e que seja evitada nomenclaturas que remetam a aspectos negativos que possam estigmatizar os usuários desse equipamento. No que se refere ao aspecto dos recursos humanos e da infra-estrutura as orientações estabelecem que:

Dos recursos Humanos:

Cargo	Perfil	Quantidade
Coordenador	Nível superior	1 profissional.
Equipe Técnica	Nível superior	2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes.
Educador/cuidador	Nível médio e capacitação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno.
Auxiliar de educador/cuidador	Nível fundamental e capacitação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno.

Da Infra-estrutura:

Cômodo	Características
Quartos	Devem ter espaço suficiente para acomodar camas e guarda dos pertences pessoais de forma individualizada, sendo sugerido a metragem de 2,25m ² ;

Sala de Estar ou similar	Deve ter espaço suficiente para acomodar o número de acolhidos atendidos na instituição e cuidadores, com metragem sugerida de 1m ² para cada ocupante, sendo a instituição com capacidade para 20 usuários a sugestão é de 22m ² ;
Sala de jantar / copa	Deve conter espaço para acomodar o número de acolhidos atendidos na instituição e cuidadores, com metragem sugerida de 1m ² para cada ocupante;
Ambiente para Estudo	Poderá ser um cômodo específico para estudo ou organizado em outro cômodo desde que tenha espaço suficiente e mobiliário adequado;
Banheiro	Devem haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 usuários e 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para os funcionários e pelo menos 1 destes deve ser adaptado para pessoa com deficiência;
Cozinha	Deve ter espaço suficiente para utensílios e mobiliário para preparo de alimentos para o número de usuários atendidos e funcionários;
Área de Serviço	Espaço para utensílios e mobiliário para guarda de equipamentos, objetos e produtos de limpeza e tornar possível o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupas de cama, mesa e banho;
Área externa (Varanda, quintal, jardim,etc)	Deve ter espaço que torne possível o convívio e brincadeiras, evitando instalação de equipamentos distantes dos padrões socioeconômicos da realidade de origem dos usuários dificultando a reinserção na família de origem;
Sala para equipe técnica	Com espaço e mobília que atenda a realização das atividades de natureza técnica, e recomenda-se que este cômodo seja separado da área de moradia;
Sala de coordenação / atividades administrativas	Com espaço e mobília para realização de atividades administrativas, e deve ter área reservada para guarda dos prontuários dos adolescentes, em condições de sigilo, e seja separada da área de moradia;
Sala / espaço para reuniões	Com espaço e mobiliário suficientes para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.

O ECA traz o acolhimento como medida provisória, até que seja possível a reintegração familiar ou na impossibilidade, a colocação em família substituta, assim como na definição das orientações técnicas, e estabelece que o acolhimento deve acontecer em instituições mais próximas ao endereço da família de origem, para que seja possível o convívio familiar e fortalecimento de vínculos para facilitar a reintegração na família de origem e o convívio com a comunidade. No seu capítulo II, seção I, art.92 dispõe que os equipamentos de acolhimento institucional devem seguir como princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;(Redação dada pela Lei 12.010,de 2009).
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).
- III - atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV -desenvolvimentodeatividadesemregimedeco-educação; V-não desmembramento de grupos irmãos;
- VI -evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades criança e adolescentes abrigados;
- VII -participação na vida da comunidade local;
- VIII -preparação gradativa para desligamento;(ECA,2022)

Na seção II art.95 o ECA dispõe das fiscalizações dos equipamentos que devem ser fiscalizados pelo Judiciário, Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, as medidas aplicáveis aos descumprimentos da seção I art. 94-A vão de advertência e afastamento provisório ou definitivo de seus dirigentes ao fechamento do equipamento.

Com a experiência vivenciada durante o período de estágio obrigatório e estágio extracurricular, dentro de um equipamento de acolhimento institucional, foi possível observar e vivenciar a realidade vivida por esta instituição, onde foi possível entender que nem sempre é possível seguir todas as orientações técnicas no que se refere à infraestrutura e recursos humanos. Tanto por falta de recursos, seja por déficit profissional, ou até mesmo por não conseguir locação de imóveis com estrutura apropriada, já que o município não consegue suprir que todos os equipamentos tenham sedes próprias. Também por dificuldades de encontrar imóveis que disponham de cômodos adequados, como por proprietários que se recusam a locar imóveis quando descobrem a finalidade da locação, seja por estigmas quanto ao tipo da instituição, quando por receio de locar para o município, tendo em vista que a prefeitura demora para fazer a manutenção dos imóveis no fim do contrato, levando proprietários a entrarem com

ações judiciais contra o município.

Ainda assim, a instituição busca constantemente atender o máximo das orientações e se adequar para suprir as demandas sem prejuízos para os usuários. Ocorre que ainda assim existe uma sobrecarga e alguns desvios de funções, principalmente de cuidadores e auxiliares para suprir as demandas tendo em vista que a realidade da instituição, até o momento em que este trabalho foi finalizado, é de déficit profissional. A instituição também se encontra em busca de novo imóvel, com espaços adequados, levando em consideração que o atual proprietário solicitou a devolução do imóvel após fim do contrato. Atualmente a instituição funciona no imóvel atual sem contrato de locação e sem a possibilidade de renovação deste.

As dificuldades enfrentadas pelos profissionais vão além de sobrecarga de trabalho, os enfrentamentos e dificuldades se intensificam ao longo das mudanças de perfis de acolhidos, que a certo tempo vem se modificando para um perfil de acolhidos em sua maioria com transtornos mentais, onde os cuidadores não obtiveram capacitação para lidarem com saúde mental, o que também interfere na saúde mental desses profissionais.

Os cuidadores são contratados através de Processos Seletivos - PSS, são profissionais terceirizados, e não municipais. A prefeitura de Aracaju não oferece cursos de capacitação, para que esses cuidadores aprendam a lidar com os desafios de cuidar de adolescentes com transtorno mental, o que acarreta numa alta rotatividade de funcionários, e déficit profissional, tendo em vista que muitos desistem do cargo por não aguentarem o fardo de lidar com pessoas com transtorno sem a devida capacitação.

Destaco aqui que a mudança no perfil dos acolhidos ocorre de maneira natural e gradativa, pois o serviço de acolhimento apresenta alta rotatividade. Ao mesmo tempo em que ocorrem desligamentos, chegam novos acolhimentos, e reacolhimentos. Cada acolhido novo tem suas especificidades e sua história.

4. O PERFIL DOS ACOLHIDOS

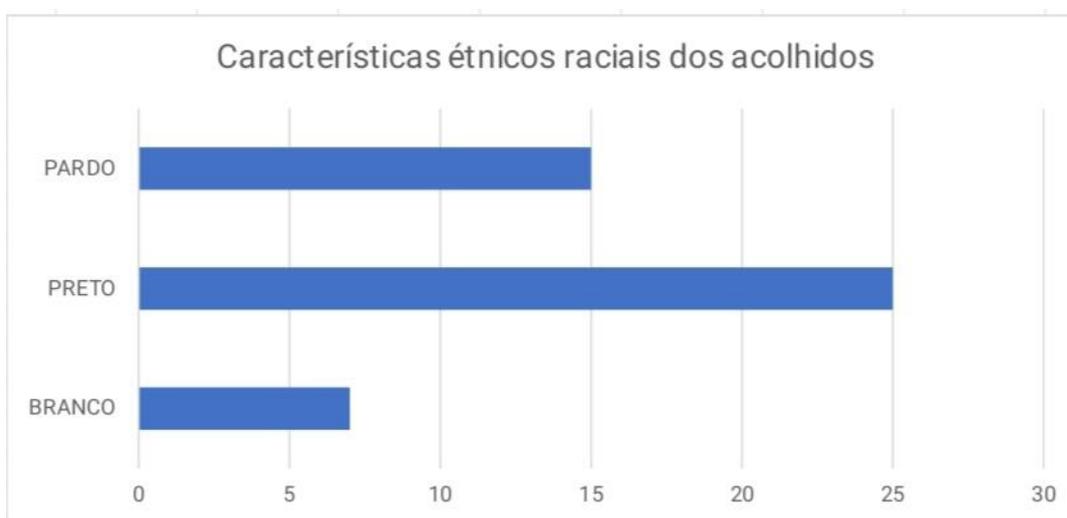
4.1. CARACTERÍSTICA ÉTNICO RACIAL DOS ACOLHIDOS

É imperativo aprofundar nossa compreensão sobre essa problemática, que vai além das estatísticas frias e cruas. Os dados revelados pelos boletins de ocorrência apontam para uma realidade alarmante, com adolescentes em situação de vulnerabilidade sofrendo abusos físicos, sexuais e psicológicos em níveis perturbadores. Esses números nos forçam a questionar as

falhas em nosso sistema de proteção à infância e adolescência, bem como as raízes profundas dessas questões.

Para tornar essa realidade ainda mais preocupante, o gráfico abaixo ilustra de forma contundente que aproximadamente 85% dos adolescentes acolhidos na Unidade são pretos ou pardos. Esse dado reflete uma dura realidade que, infelizmente, é uma constante em instituições de acolhimento em todo o Brasil. É fundamental reconhecer que essa disparidade racial não é uma mera coincidência, mas sim um sintoma do racismo estrutural profundamente enraizado em nossa sociedade.

Figura 2 - Características étnicos raciais dos acolhidos



Fonte: Autor (2023)

É importante elencar alguns pontos que debatam sobre essa questão, tais qual a desigualdade socioeconômica, que é um fator central na compreensão dessa desigualdade. Devido a um legado de discriminação racial e acesso limitado a oportunidades econômicas, muitas comunidades negras enfrentam altos índices de pobreza e falta de recursos. Isso pode levar a situações em que as famílias enfrentam dificuldades para prover moradia, alimentação e cuidados adequados para seus membros, resultando em uma maior necessidade de apoio institucional.

Além disso, o racismo estrutural é um fenômeno que permeia todas as esferas da sociedade, incluindo a assistência social. Práticas discriminatórias, preconceitos e estereótipos raciais negativos podem resultar em tratamento desigual para indivíduos e famílias negras em relação ao acesso aos serviços e ao apoio necessário. Isso pode criar barreiras adicionais para a

busca de ajuda e a capacidade de superar as dificuldades sem depender de instituições de acolhimento.

É fundamental destacar o papel significativo que a representação de pessoas negras no sistema de justiça criminal desempenha na composição das instituições de acolhimento, que tendem a abrigar predominantemente indivíduos negros. Isso ocorre devido a uma série de fatores, como políticas de encarceramento em massa, discriminação racial nas práticas policiais e judiciais, bem como a escassez de oportunidades de reabilitação após a prisão. Esses elementos, em conjunto, aumentam a vulnerabilidade social de muitos indivíduos, tornando necessário o apoio institucional após o período de encarceramento.

O cenário de encarceramento em massa da população negra no Brasil é alarmante e motivo de profunda preocupação. É evidente a existência de uma disparidade racial expressiva no sistema prisional brasileiro, com uma proporção significativamente maior de pessoas negras e pardas atrás das grades em comparação com pessoas brancas (Davis, 2018). Essa disparidade não apenas reflete a injustiça presente em nosso sistema de justiça, mas também lança luz sobre a necessidade premente de abordar e combater o racismo estrutural que permeia todas as esferas da sociedade brasileira.

Essa disparidade é resultado de diversos fatores interconectados, com a política de encarceramento em massa desempenhando um papel fundamental nesse cenário. A discriminação racial profundamente enraizada na sociedade brasileira é um dos principais fatores que contribuem para o encarceramento desproporcional de pessoas negras. Isso se reflete nas abordagens policiais, decisões judiciais e sentenças mais severas para crimes cometidos por indivíduos negros (Davis, 2018).

A violência policial é outra questão a ser analisada e debatida nos espaços e ambientes de discussão. A polícia brasileira é conhecida por práticas violentas, especialmente em áreas de baixa renda e comunidades periféricas, onde a maioria da população é negra. O resultado disso é uma alta incidência de jovens negros sendo vítimas de "letalidade policial", contribuindo para a superlotação do sistema prisional (Lima, 2014)

A política de combate ao tráfico de drogas no Brasil, inspirada pela abordagem dos Estados Unidos na chamada "guerra às drogas", também tem um impacto significativo no encarceramento em massa de pessoas negras. As prisões estão superlotadas de indivíduos condenados por crimes relacionados a drogas, muitas vezes envolvidos em pequenos delitos não violentos (Davis, 2018).

Além disso, a falta de oportunidades econômicas e a exclusão social para a população

negra também contribuem para o envolvimento em atividades ilegais e, conseqüentemente, para uma maior exposição ao sistema de justiça criminal (Davis, 2018).

Essa política de encarceramento em massa viola os direitos humanos básicos e perpetua um ciclo de desigualdade social e racismo estrutural. A superlotação das prisões, as condições precárias de detenção e a falta de ressocialização adequada são apenas algumas das questões que afetam negativamente a população encarcerada, especialmente a população negra. Para abordar esse problema complexo, é necessário ir além da punição e concentrar esforços na prevenção, reforma do sistema de justiça criminal e promoção de políticas sociais inclusivas. (Davis, 2018)

Associado a isso, há também a discriminação racial enfrentada por gerações passadas tem um efeito intergeracional que afeta as comunidades negras até hoje. Os efeitos duradouros da escravidão, do segregacionismo e de outras formas de opressão racial continuam a moldar as oportunidades disponíveis para os negros. Isso pode resultar em ciclos de pobreza, falta de acesso à educação de qualidade e a outras oportunidades que aumentam a probabilidade de precisarem de apoio institucional.

Além disso, no que tange a questão do encarceramento em massa do povo negro no Brasil, é importante também ressaltar que as relações de poder que levam ao encarceramento em massa da população negra incluem o racismo sistêmico, a criminalização da pobreza bem como a falta de oportunidades de emprego e condições que possibilitem essas oportunidades, resultando assim em um ciclo de desvantagem que aumenta a probabilidade de encarceramento (Borges, 2020)

Borges (2020), por meio de sua análise crítica das interseccionalidades e das relações de poder, contribui para o entendimento das raízes mais profundas do encarceramento em massa da população negra no Brasil. Ela destaca como a opressão de gênero e a discriminação racial se combinam para criar uma realidade onde as mulheres(pessoas) negras enfrentam barreiras sociais e econômicas significativas, tornando mais suscetíveis à criminalização. Essa análise crítica é essencial para a criação de políticas e ações que buscam abordar as causas desses problemas e promover a justiça social e racial no Brasil.

E, por fim, os estereótipos e preconceitos: Estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade podem levar a um tratamento desigual e a uma maior vigilância sobre as comunidades negras. Isso pode resultar em uma maior probabilidade de crianças e jovens negros serem removidos de seus lares e colocados em instituições de apoio, mesmo quando suas famílias poderiam oferecer um ambiente seguro e amoroso. O impacto negativo dessas ações na saúde mental e no bem-estar das pessoas negras é um fator importante a ser considerado nesse

contexto.

O racismo presente na questão dos pretos e pardos sendo maioria em abrigos no Brasil está diretamente relacionado com a sociedade neoliberal em que vivemos. De acordo com a perspectiva de Marx, o racismo é uma forma de opressão que se origina nas estruturas sociais e econômicas, sendo perpetuado pelo sistema capitalista.

Marx argumentava que o sistema capitalista, caracterizado pela busca incessante de lucro e pela exploração da força de trabalho, cria desigualdades sociais e econômicas que afetam de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis, como a população negra. A lógica do capitalismo, baseada na acumulação de riqueza e propriedade privada dos meios de produção, leva à concentração de poder e recursos nas mãos de uma minoria privilegiada (Marx, 2013).

Nesse contexto, Wacquant também traz à tona a discussão sobre as pessoas negras que historicamente têm sido marginalizadas e submetidas a condições socioeconômicas desfavoráveis. O racismo, então, atua como uma ferramenta de divisão da classe trabalhadora, enfraquecendo o potencial de unificação e resistência contra a exploração capitalista. Ao instigar antagonismos raciais, a classe dominante perpetua sua dominação e evita uma mobilização conjunta dos oprimidos em busca de mudanças estruturais (Wacquant, 2015)

Além disso, o sistema neoliberal intensifica essa dinâmica, ao enfatizar a diminuição do papel do Estado na economia e a privatização de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Essas políticas resultam em menos investimentos em programas sociais voltados para a população negra, o que pode aumentar sua vulnerabilidade e dependência de serviços assistenciais, como instituições de acolhimento.

A privatização e a redução de programas sociais também agravam a desigualdade econômica, afetando negativamente a mobilidade social e a busca por oportunidades para pessoas negras. A falta de acesso equitativo à educação e ao mercado de trabalho é aprofundada, criando um ciclo vicioso de marginalização e exclusão.

Em suma, de acordo com a perspectiva de Marx, o racismo na questão dos pretos e pardos em instituições no Brasil é enraizado ao sistema neoliberal que perpetua desigualdades sociais e econômicas. Para abordar essa questão, é necessário não apenas combater manifestações racistas individuais, mas também confrontar as estruturas capitalistas que fomentam e mantêm a opressão racial e social. Isso requer uma abordagem transformadora que busque superar as desigualdades e promover a justiça social para todos os grupos marginalizados pela lógica do capitalismo (Marx, 2013).

Esses são apenas alguns dos fatores que contribuem para a permanência de pessoas negras nos sistemas de acolhimento. É fundamental abordar essas questões estruturais e

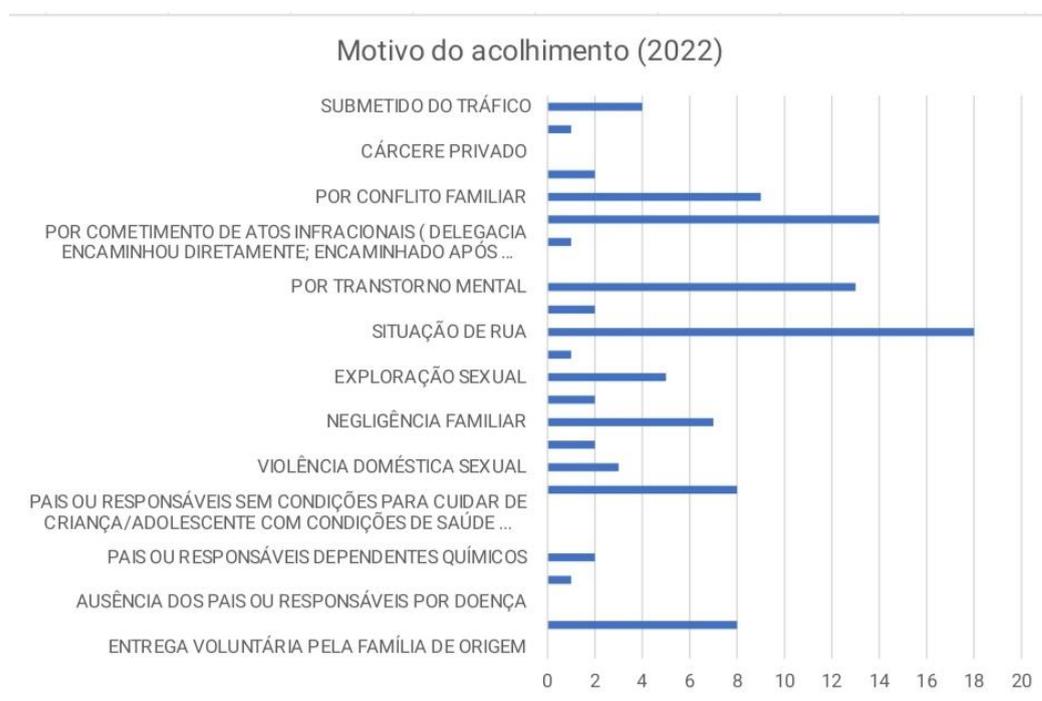
trabalhar em direção a uma sociedade mais equitativa. É importante também conceituar a equidade como um conceito que se refere à justiça, imparcialidade e tratamento justo das pessoas, considerando suas diferenças e necessidades individuais. Essa ideia busca garantir que todos tenham acesso igualitário a oportunidades, recursos e direitos, independente de suas características pessoais, como origem, gênero, raça, classe social, habilidades, entre outras. Dessa forma, será possível que se garanta oportunidades iguais e acesso adequado a recursos para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou origem étnica (Rawls, 2000).

4.2. MOTIVOS DO ACOLHIMENTO

4.2.1 SITUAÇÃO DE RUA

Nos dados obtidos na pesquisa, notou-se que 18 acolhidos estavam em situação de rua. Tal prevalência é relevante, tendo em vista que tal montante é aproximadamente 17% do total dos acolhidos. Essa prevalência é justificada quando analisamos o contexto vivido pelas pessoas em situação de rua, tendo em vista que são vulneráveis e sem um local próprio para viverem, tendo assim que recorrer a instituições de acolhimento como a opção para solucionar, ainda que provisoriamente, a falta de moradia.

Figura 3 - Gráfico sobre motivo do acolhimento



Fonte: Autor (2023)

Não apenas em Sergipe, mas em todo Brasil, é evidente que a situação de rua é um fenômeno social complexo, caracterizado pelo alojamento inadequado e a falta de moradia estável para um segmento vulnerável da população. As pessoas em situação de rua podem ser afetadas por diversos fatores, como desemprego, problemas de saúde mental, abuso de substâncias, falta de uma estrutura familiar acolhedora, entre outros. A compreensão da prevalência desse público em instituições de acolhimento é crucial para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes que possam abordar essa questão de forma mais abrangente.

A situação de rua no Brasil é influenciada por uma série de fatores, incluindo a desigualdade econômica, o desemprego, a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação, a desestruturação familiar e a dependência química. Esses elementos contribuem para a vulnerabilidade dessas pessoas e tornam a superação da condição de rua um desafio complexo e multifacetado. (SOUZA NETO, 2002)

As instituições de acolhimento são um recurso fundamental para atender às necessidades imediatas das pessoas em situação de rua, oferecendo-lhes um lugar temporário para descanso, alimentação e higiene básica. No entanto, a oferta dessas instituições muitas vezes é insuficiente para atender à demanda crescente, especialmente em grandes centros urbanos, onde a concentração de pessoas que necessitam deste serviço é maior. Segundo o IPEA, os municípios onde vivem 80,3% da população do Brasil têm cobertura de serviços de acolhimento, diferente dos outros 20%, que correspondem a 3.560 municípios, que não têm esse suporte. Essa escassez de vagas nessas instituições leva à superlotação e à exclusão de muitos indivíduos, que acabam sendo obrigados a permanecer nas ruas em condições precárias, especialmente em municípios de pequeno porte. (IPEA, 2022)

Outro aspecto importante é o perfil das pessoas em situação de rua que são acolhidos nesses espaços. Muitos acolhidos enfrentam problemas de saúde física e mental, o que demanda uma abordagem especializada para oferecer o suporte adequado. A complexidade dessas questões requer a colaboração de profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos, médicos e educadores, a fim de fornecer atendimento integral e personalizado (ROCHA, 2022)

Para lidar de forma mais efetiva com a situação de rua e a prevalência desse público em instituições, é essencial que o governo e as organizações da sociedade civil trabalhem em conjunto para fortalecer a política pública de assistência social. Isso inclui a expansão da oferta do serviço que estamos abordando, a melhoria da infraestrutura e a capacitação de profissionais

para lidar com as demandas específicas dos acolhidos.

Além disso, é fundamental investir em programas de prevenção, como a oferta de capacitação profissional, acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial, para evitar que mais pessoas acabem na rua. A promoção de políticas inclusivas que busquem combater a desigualdade e a exclusão social também é essencial para enfrentar o problema de forma mais abrangente.

4.2.2 DEPENDÊNCIA QUÍMICA (SUBMETIDO AO TRÁFICO)

De acordo com os resultados da pesquisa feita, constatou-se que dentre os acolhidos, um total de 18 indivíduos apresentavam dependência química ou estavam sujeitos à influência do tráfico de substâncias. Essa incidência revela uma relevância significativa, representando cerca de 17% do número total de pessoas acolhidas. Esse cenário ganha destaque quando consideramos o contexto no qual essas pessoas se encontram, não mais na condição de situação de rua, mas sim em uma situação de dependência química.

A presença dessa parcela expressiva é justificada ao contextualizarmos a realidade enfrentada por pessoas em situação de dependência química. Ao contrário da vulnerabilidade anteriormente associada à vida nas ruas, eles agora encontram-se em um momento de transição, buscando auxílio em instituições como alternativa para lidar, ainda que temporariamente, com os desafios decorrentes da sua dependência e da exploração ligada ao tráfico de substâncias. A população com dependência química é um grupo vulnerável e frequentemente associado à situação de rua no Brasil. A prevalência dessa população em instituições é uma questão complexa e desafiadora, que exige uma análise abrangente das causas e consequências desse fenômeno social (DIEHL, 2018).

A dependência química é caracterizada pelo uso compulsivo de substâncias psicoativas, como álcool, drogas ilícitas ou medicamentos controlados. A influência da dependência química na situação de rua está ligada a diversos fatores, como a busca por substâncias para aliviar o sofrimento emocional, a falta de suporte familiar e social para o tratamento adequado, e a perda de emprego e moradia devido ao comportamento aditivo. (MAIA, 2022)

A associação entre a dependência química e a situação de rua pode ser explicada pelo ciclo vicioso que se estabelece. Indivíduos que lutam contra a dependência química frequentemente enfrentam dificuldades para manter um emprego estável e, conseqüentemente, uma fonte de renda que permita manter uma moradia. A falta de suporte social e familiar

adequado também pode agravar essa condição, deixando essas pessoas sem uma rede de apoio que possa ajudá-las a superar o vício. (HELICIO, 2004).

Dessa forma, muitas pessoas com dependência química acabam encontrando abrigo nas ruas ou buscam acolhimento em instituições. A necessidade de atender às demandas desses indivíduos é evidente, e as instituições muitas vezes se tornam a única alternativa para suprir as necessidades básicas dessas pessoas, como alimentação e higiene, além de oferecer um espaço temporário para repouso. (SANCHEZ, 2012)

No entanto, é importante ressaltar que as instituições, por si só, não são suficientes para abordar a complexidade da dependência química. A dependência é uma questão de saúde pública e requer intervenções especializadas, como tratamento médico, psicológico e apoio de equipes multidisciplinares (HELICIO, 2004).

Infelizmente, a falta de recursos e a escassez de programas de tratamento especializados para dependência química também afetam a capacidade dos serviços em lidar adequadamente com essa população específica. A superlotação, a falta de profissionais capacitados e a ausência de estratégias de reinserção social dificultam a resolução efetiva desse problema. Em síntese, a população com dependência química tem uma prevalência significativa nas instituições de acolhimento do Brasil, refletindo o ciclo de vulnerabilidade e exclusão social que muitas vezes está associado a essa condição. Para abordar essa questão de forma eficaz, é fundamental que o poder público, em conjunto com instituições e organizações da sociedade civil, invista em políticas públicas e programas especializados para tratamento e reinserção social dessas pessoas, garantindo-lhes dignidade, cuidado adequado e oportunidades para reconstruir suas vidas. (SANCHEZ, 2012).

4.2.3. TRANSTORNO MENTAL

Com base nos resultados da pesquisa realizada, foi observado que entre os acolhidos, um grupo de 13 pessoas apresentavam transtornos mentais ou estavam sujeitos a desafios relacionados à sua saúde mental. Essa incidência revela uma considerável importância, correspondendo a aproximadamente 12% do total de pessoas na instituição. Essa constatação adquire importância ao contextualizarmos o cenário enfrentado por essas pessoas, que agora se encontram em uma situação marcada por questões de saúde mental, em contraponto à abordagem anterior de dependência química.

A presença substancial desse grupo com transtornos mentais no serviço é justificada

pela compreensão do panorama de saúde mental ao qual esses indivíduos estão sujeitos. Diferentemente das pessoas em situação de rua, cujas adversidades frequentemente as direcionam aos abrigos, aqueles com transtornos mentais buscam apoio nesses espaços como uma alternativa para receber tratamento especializado e suporte em relação às suas condições psicológicas (WETZEL, 2004).

A população com transtornos mentais é um grupo vulnerável que frequentemente enfrenta dificuldades para acessar serviços de saúde adequados e integrados. A sua prevalência em instituições no Brasil é uma preocupação significativa, visto que a falta de tratamento e apoio adequado pode agravar a situação de vulnerabilidade dessas pessoas. Os transtornos mentais abrangem uma ampla gama de condições psiquiátricas, como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno bipolar, entre outros. Essas condições podem afetar a saúde mental e o bem-estar das pessoas, comprometendo a capacidade de funcionar em suas atividades diárias e, em alguns casos, levando à situação de rua (OLIVEIRA, 2008).

A correlação entre transtornos mentais e a situação de rua pode ser explicada por diversos fatores. Muitas vezes, indivíduos que sofrem com essas condições têm dificuldade em manter empregos estáveis, levando-os a perder a moradia e a buscar abrigo nas ruas ou em instituições de acolhimento. Além disso, a falta de apoio social e familiar adequado também pode contribuir para o agravamento dos sintomas e a consequente exclusão social (WETZEL, 2004).

A busca por tratamento para transtornos mentais muitas vezes é dificultada pela escassez de serviços de saúde mental adequados e acessíveis. A falta de investimentos na área da saúde mental, a carência de profissionais especializados e a ausência de estratégias de prevenção e tratamento adequado são fatores que limitam o acesso das pessoas com transtornos mentais aos serviços necessários para o cuidado e a reabilitação (ROCHA, 2021).

Nas instituições de acolhimento, a prevalência de pessoas com transtornos mentais pode ser alta, uma vez que essas instituições geralmente acolhem indivíduos em situação de vulnerabilidade social, incluindo aqueles com problemas de saúde mental. No entanto, a infraestrutura e o treinamento dos profissionais nessas instituições muitas vezes não são adequados para lidar com as necessidades específicas dessa população, o que pode resultar em subnotificação ou acompanhamento inadequado dos casos (BONADIMAN, 2017).

Para abordar a questão da alta incidência de transtornos mentais em instituições é essencial uma abordagem integrada e multidisciplinar. Isso inclui investimentos em serviços de saúde mental, a formação de profissionais de saúde para lidar com as demandas específicas dessa população e a promoção de políticas públicas que visem a prevenção, o diagnóstico

precoce e o tratamento adequado dos transtornos mentais. (ROCHA, 2021).

Ademais, é necessário criar mecanismos que garantam o acesso contínuo ao tratamento e ao acompanhamento dessas pessoas, mesmo após a sua saída das instituições, a fim de evitar recaídas e agravantes da situação. A integração dos serviços de saúde mental com outras áreas de atendimento social também é fundamental para abordar de forma mais efetiva as múltiplas necessidades dessas pessoas em situação de vulnerabilidade. (BONADIMAN, 2017).

Em suma, o prevalecimento de transtornos mentais nessas instituições no Brasil reflete a complexa interação entre vulnerabilidade social e condições de saúde mental. Para melhorar a situação dessas pessoas, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições de saúde e sociedade civil para promover políticas mais inclusivas, investir em saúde mental e garantir que essas pessoas recebam o suporte e o tratamento adequado para enfrentar os desafios que enfrentam (SOUZA, 2003).

4.2.4. RELACIONADO À FAMÍLIA (CONFLITO FAMILIAR, VIOLÊNCIA OU ABUSO, NEGLIGÊNCIA, ABANDONO...)

Com base nos resultados da pesquisa conduzida, foi notado que, dentre os acolhidos, um grupo composto por 41 acolhidos vivenciava conflitos familiares e situações de violência, ou estava sujeito a desafios associados à sua saúde mental. Essa constatação evidencia uma relevância significativa, representando aproximadamente 40% do total dos acolhidos. Essa descoberta ganha destaque ao considerarmos o contexto no qual esses se encontram, tendo em vista que a situação de violência sofrida por eles é grave e resulta em uma falta de estrutura familiar acolhedora e que consiga proporcionar um lar.

A presença notável desse grupo enfrentando conflitos familiares e exposição à violência nas instituições encontra justificativa na compreensão do panorama de vulnerabilidades ao qual essas pessoas estão expostas. Ao contrário das pessoas em situação de rua, cujas adversidades muitas vezes as conduzem às instituições, aqueles afetados por conflitos familiares e violência buscam refúgio nesses espaços como uma opção para escapar das circunstâncias prejudiciais que enfrentam (FEIJÓ, 2004).

A predominância da população vítima de conflitos e violência familiar em instituições no Brasil é um fenômeno complexo e multifatorial que requer uma análise aprofundada das suas causas subjacentes. Entre as principais causas que contribuem para esse predomínio estão as normas culturais enraizadas que perpetuam a cultura de violência em alguns segmentos da sociedade. Estereótipos de gênero e desequilíbrio de poder podem resultar em situações de

abuso e violência doméstica. Questões econômicas também desempenham um papel significativo. A escassez de recursos financeiros pode gerar tensões familiares, aumentar o estresse e desencadear conflitos que culminam em violência e abuso (ASSIS, 2009).

A falta de acesso a serviços de apoio é outra causa relevante. A dificuldade em obter assistência social e jurídica adequada pode deixar as vítimas sem opções viáveis para escapar das situações abusivas e buscar proteção. A falta de conscientização e educação sobre a violência doméstica também contribui para a sua prevalência em instituições. A falta de reconhecimento dos sinais de abuso e desconhecimento dos direitos e opções disponíveis para buscar ajuda podem levar à subnotificação desse tipo de violência (FEIJÓ, 2004).

Além disso, a escassez de ações preventivas e políticas públicas efetivas é um fator agravante. O investimento insuficiente em programas de conscientização, prevenção e combate à violência doméstica pode deixar muitas vítimas desamparadas e sem o suporte necessário para sair dessa situação adversa. Para enfrentar esse predomínio, é essencial adotar uma abordagem técnica e abrangente. Isso envolve o desenvolvimento de políticas públicas e programas que visem combater a cultura de violência, investir em serviços de apoio às vítimas, ampliar a conscientização sobre o tema e garantir o acesso a recursos de proteção. A integração entre os diferentes setores, como saúde, assistência social e justiça, também é fundamental para fornecer uma resposta eficaz e coordenada para o problema da violência familiar. Somente por meio de uma abordagem abrangente e bem planejada será possível reduzir a predominância da população vítima de conflitos e violência familiar em instituições no Brasil e oferecer um ambiente mais seguro e protegido para essas vítimas (COSTA, 2006).

4.2.5. EXPLORAÇÃO SEXUAL

Com base nos achados da pesquisa conduzida, identificou-se que, dentre os acolhidos, um grupo de 5 pessoas vivenciavam situações de exploração sexual e violência. Essa observação revela uma relevância significativa, correspondendo a cerca de 5% do número total de indivíduos que encontraram abrigo. Esse número, apesar de não ser tão expressivo quanto os anteriores, demonstra uma triste realidade no Brasil. A exploração sexual tende por resultar em uma maior adesão à necessidade de uso de instituições de acolhimento, tendo em vista a situação de vulnerabilidade sofrida por essa parcela da população.

A população vítima de exploração sexual no Brasil enfrenta uma realidade alarmante e preocupante, com a sua prevalência nas instituições refletindo um cenário complexo e delicado.

Diversos fatores contribuem para essa situação, e os principais culpados podem ser identificados em diferentes níveis. A exploração sexual é um crime grave que envolve a coação e o abuso de pessoas vulneráveis, muitas vezes, com base em desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Nesse contexto, um dos principais culpados é o tráfico de pessoas, que recruta e transporta vítimas para fins de exploração sexual (CASTRO, 2002).

Os exploradores, traficantes e agenciadores que se beneficiam financeiramente dessa prática criminosa são os responsáveis diretos pela exploração sexual da população vulnerável. Eles operam redes complexas e clandestinas, aliciando e mantendo sob controle suas vítimas, perpetuando uma realidade cruel e degradante. Além dos agentes diretos da exploração sexual, a sociedade também desempenha um papel relevante ao contribuir para a sua prevalência. A falta de conscientização, a indiferença, a tolerância e até mesmo o consumo de serviços sexuais comercializados têm um impacto negativo ao perpetuar a exploração sexual (MOURA, 2008).

A vulnerabilidade socioeconômica é outro fator importante que aumenta a predominância de vítimas de exploração sexual em instituições de acolhimento. A falta de oportunidades educacionais e de trabalho, a pauperização e a falta de apoio familiar tornam certas pessoas mais suscetíveis a serem exploradas e manipuladas por criminosos. Adicionalmente, a falta de recursos adequados e de políticas públicas efetivas para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual também são aspectos cruciais. A carência de investimentos em prevenção, conscientização, proteção e assistência às vítimas enfraquece a resposta do Estado e permite que a exploração sexual continue (MOURA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, exploramos o tema do acolhimento institucional de adolescentes na Unidade de Acolhimento Caçula Barreto, situada em Aracaju - SE, com foco nos desafios e enfrentamentos enfrentados tanto pelos adolescentes acolhidos quanto pelos profissionais que atuam nesse ambiente. Observamos também o perfil das pessoas acolhidas, identificando alguns motivos de acolhimento que se destacaram, como situação de rua, transtorno mental, abuso familiar e exploração sexual.

Durante nossa pesquisa, ficou claro que o acolhimento institucional desempenha um papel crucial na vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A Unidade de Acolhimento Caçula Barreto, em particular, demonstrou um compromisso notável em fornecer um ambiente seguro e acolhedor para esses jovens, buscando atender às suas necessidades físicas, emocionais e psicossociais.

Os desafios enfrentados pelos adolescentes acolhidos, como a adaptação a uma nova realidade institucional, a superação de traumas passados e a busca por identidade e autonomia, foram cuidadosamente abordados neste estudo. Além disso, reconhecemos os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na Unidade de Acolhimento, que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento dos adolescentes. Esses profissionais trabalham constantemente sofrendo violências físicas, psicológicas por parte dos acolhidos, mais agressivos e com históricos de transtornos mentais, além de enfrentar as dificuldades nas condições de trabalho rotineiramente, como déficit profissional, por exemplo, que acarreta numa sobrecarga do trabalhador.

A análise do perfil das pessoas acolhidas revelou que a predominância de jovens é resultante de situação de rua, transtorno mental, abuso familiar e exploração sexual e destaca a complexidade das situações enfrentadas por esses adolescentes e a necessidade de abordagens específicas para cada caso. A compreensão desses perfis também auxilia na identificação de áreas que requerem maior atenção e recursos.

Em conclusão, este estudo ressalta a importância do acolhimento institucional como uma intervenção fundamental para adolescentes em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de um contínuo aprimoramento das práticas de acolhimento, buscando oferecer um ambiente cada vez mais inclusivo, terapêutico, por profissionais da área, e capacitador. É fundamental que a sociedade, as autoridades e os profissionais envolvidos continuem a trabalhar juntos para garantir que esses adolescentes tenham a oportunidade de superar os desafios que enfrentam e construir um futuro mais promissor.

Este estudo não apenas contribui para o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também oferece compreensões práticas que podem ser utilizados para melhorar o sistema de acolhimento institucional de adolescentes em Aracaju - SE e em outras regiões, com o objetivo de proporcionar um cuidado mais abrangente e eficaz para esses jovens em busca de uma segunda chance na vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O grande assalto ao fundo público no Brasil. Blog da Boitempo.

AMORIM NETO, Octavio. A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA DE 2015-2016: DIAGNÓSTICO, SEQUELAS E PROFILAXIA. *Relações Internacionais*, n. 52, dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Octavio-Amorim-Neto-2/publication/317470884_A_crise_politica_brasileira_de_2015-2016_Diagnostico_sequelas_e_profilaxia/links/5991828ea6fdccae881934e7/A-crise-politica-brasileira-de-2015-2016-Diagnostico-sequelas-e-profilaxia.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSIS, S. G. DE et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 2, p. 349–361, 1 abr. 2009.

BEHRING, Elaine R. *Fundo público, valor e política social* São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

BONADIMAN, C. S. C. et al. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, n. suppl 1, p. 191–204, maio 2017.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em Massa*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 66–83, jan. 2021.

Bovolenta, Gisele Aparecida. "Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão." *Serviço Social & Sociedade* (2011): 365-387.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-*

19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2021. [acesso em 10/10/2023]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

BRASIL. Senado Federal. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia: instituída pelos requerimentos n^os 1.371 e 1.372, de 2021. [acesso em 10/10/2023]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia>

BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). In: FREIRE, Silene de Moraes. CORTES, Thaís Lopes. Políticas de Combate à pobreza e Avalanche Ultraneoliberal: Aportes para reflexão. Uberlândia, 2020. p. 27- 49. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelomin__5__0198f5583884

BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento público e a Política Social. Uberlândia, 2020. E- book. p. 103- 120. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelomin__5__0198f5583884e_7>. Acesso em: 22 out. 2023.

CARVALHO, Renata.L.D; COSTA, Duane. B, Política Nacional de Assistência Social – PNAS: como garantir a proteção social no atual contexto ultraneoliberal?, Maranhão, UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/jjoinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId__1020_1020612d2e58b3cc4.pdf

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 143–176, 1 ago. 2002.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. Partes I, II e III, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília-DF: CNAS, 2009. BRASIL.

COSTA, C. R. B. S. F. DA; ASSIS, S. G. DE. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 3, p. 74–81, dez. 2006.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018.

de Carvalho, Giane Carmem Alves. "Juventude e políticas públicas: mero destaque na agenda pública ou garantia de direitos?." Em Tese 2.2 (2006): 73-85.

de Castro Bezerra, Saulo. "Estatuto da Criança e do Adolescente: marco da proteção integral." Violência faz mal à saúde (2004).

DIEHL, A.; CORDEIRO, D.; LARANJEIRA, R. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. [s.l.] Artmed Editora, 2018.

Digiácomo, Murillo José, and Ildeara Amorim DIGIÁCOMO. "Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado." Curitiba: SEDS (2013).

Epifânio, Alex Ferreira. "A assistência social no Brasil à luz da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)." (2016).

FALEIROS, VICENTE DE P. A política social do Estado, 8 ed. rev. São Paulo, Cortez, 2000.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. DE. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estudos de Psicologia (Natal), v. 9, n. 1, p. 157–166, abr. 2004.

Guedes, Carina Ferreira, and Ianni Regia Scarcelli. "Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão." Psicologia & Sociedade 26 (2014): 58-67.

HÉLCIO FERNANDES MATTOS; JOSÉ NAZAR. Dependência química na adolescência : tratar a dependência de substâncias no Brasil : seis anos de atuação do Centro Regional Integrado de Atendimento ao Adolescente, Universidade Federal Fluminense. Rio De Janeiro: Companhia De Freud Editora, 2004.

Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

KOGA, DIRCE, A Política de Assistência Social no Brasil: a Assistência Social como política de proteção social. Participação popular em políticas públicas: espaço de

construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, p. 99-109, 2006.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

MAIA, N. O dependente químico de crack e a compreensão do tratamento em uma unidade de acolhimento mantida pelo SUS. [s.l.] Editora Dialética, 2022.

MARX, K. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Acesso em 25/07/2023

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital, Volume II*. Tradução: Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula. A ascensão da mulher à esfera pública e a intervenção no social: primeiro-damismo e assistência social. in: *ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES*, 2. 2011, Fortaleza. *SEMANA DE HUMANIDADES, HUMANIDADES: ENTRE FIXOS E FLUXOS*, 8., 2011, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p.01-16.

MÉLLO, L. M. B. de D. e; ALBUQUERQUE, P. C. de; SANTOS, R. C. dos. Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 134, p. 842–856, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213418>.

MÉLLO, LÍVIA. M. B .D; ALBUQUERQUE, PAULETTE. C; SANTOS, ROMÁRIO. C. Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de Covid-19, *ENSAIO, Saúde debate* 46 (134), Jul-Set 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9bxKNJ5bzkDBfNpJ4Xc3ggf/> Acesso em: 11/10/2023.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 2001.

MOURA, A. C. A. M. DE et al. Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Disponível

em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-759002>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

NASCIMENTO, Ana Karolline Porto. Acolhimento institucional em abrigo de crianças e adolescentes: a construção de práticas para um serviço excepcional e provisório. 2020.

NEGRI, Fabiana Luiza. O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no sistema único de assistência social. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: O Exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no sistema único de assistência social (1library.org). Acesso em: 28/04/2023

NEOLIBERAL. Revista Transgressões, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 5–22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7188>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Oliveira GL, Caiaffa WT, Cherchiglia ML. Saúde mental e a continuidade do cuidado em centros de saúde de Belo Horizonte, MG. Rev Saúde Pública. 2008; 42(4): 707-16.

PEREIRA, Potyara. Estado, regulação e controle social. In: BRAVO, M.I.S e PEREIRA, P.A.P. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez, 2012.

PÖPPER, J. A; DIAS, J.M.M Contexto histórico do Código do Menor para o Estatuto da Criança e do Adolescente. UNIBRASIL, v.2, n.1, 2016, Caderno de Resumos. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1777> Acesso em: 28/04/2023.

Quinonero, Camila Gomes, et al. "Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS." O Social em questão 16.30 (2013): 47-69.

RAICHELIS, Raquel; Paz, Rosângela Dias; Wanderley, Mariangela Belfiore. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo ultraneoliberal. Serv. Soc., São Paulo, n. 143, p. 5-11, Jan./abr. 2022.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. (trad. Almiro Pisetta, Lenita Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 2000. Acesso em 25/07/2023.

ROCHA, H. A. DA et al. Internações psiquiátricas pelo Sistema Único de Saúde no Brasil ocorridas entre 2000 e 2014. Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 14, 16 abr. 2021.

ROCHA, S.; ELÓI MARTINS SENHORAS. Formação em Psicologia e população em situação de rua: saberes e fazeres em Salvador e São Paulo. [s.l.] Editora IOLE, 2022.

ROSSATO, Luciano Alves, Paulo Eduardo LÉPORE, and Rogério Sanches CUNHA. "Estatuto da Criança e do Adolescente." Comentado artigo por artigo 10 (2014): 65.

Saliba, Maurício Gonçalves. O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Unesp, 2006.

Sanchez RM, Ciconelli RM. Conceitos de acesso à saúde. Rev Panam Salud Publica. 2012; 31(3): 260-8p

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira. Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14406/14406.PDFXXvmi....> Acesso em: 05 de abril de 2023.

Silva, Janaína Lima Penalva da, and Debora Diniz. "Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS." Revista Katálysis 15 (2012): 262-269.

SILVA, Roberta Teodorico Ferreira da et al. Políticas Sociais no Brasil: Do Neoliberalismo ao governo Temer. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/ Maranhão- Brasil, 2017.

Sousa, Luzmiria Italia Cutrim de. "Critério de miserabilidade do BPC ao idoso na LOAS: uma análise a luz do princípio da dignidade humana." (2018)

SOUZA NETO, João Clemente de. A trajetória do menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais. São Paulo: Expressão & Arte, 2003.

SOUZA NETO, João Clemente de. Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência. São Paulo: Expressão & Arte, 2002

Sposati, Aldaiza. "A menina LOAS: um processo de construção da assistência social." A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. 2005. 84-84.

WACQUANT, L. BOURDIEU, FOUCAULT E O ESTADO PENAL NA ERA

Wetzel C, Kantorski LP. Avaliação de serviços em saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica. *Texto Contexto*. 2004; 13(4):593-598

YAZBEK, M. C. Estado e Políticas Sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Acesso em 23/03/2023.

ZANELLA, M. N.; LARA, A. M. de B. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: O nascimento da justiça juvenil. *Revista Angelus Novus, [S. l.]*, n. 10, p. 105-128, 2016. DOI: 10.11606/ran.v0i10.123947. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123947>. Acesso em: 22 out. 2023.